

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
DE JABOTICABAL - APAE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 E O RELATÓRIO
DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Junho de 2021

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JABOTICABAL - APAE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 E
O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

SUMÁRIO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	2-4
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	5-6
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	8
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	10
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JABOTICABAL - APAE

Jaboticabal - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaboticabal - APAE**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos de possíveis ajustes que poderiam advir do assunto mencionado no parágrafo 1º, descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaboticabal – APAE**, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas, combinadas com as aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

1. Como comentado na nota explicativa 8, a Entidade não possui cadastro analítico físico e financeiro atualizado dos bens registrados no ativo imobilizado, bem como não calcula e registra as depreciações destes bens não controlados. Os ajustes na contabilidade e os seus efeitos não são possíveis de mensuração no momento. Conseqüentemente, não pudemos concluir e não concluímos sobre os saldos acumulados do ativo imobilizado e os reflexos no resultado do exercício e no patrimônio líquido.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME –, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto - SP, 16 de abril de 2021.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JABOTICABAL - APAE

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

Em reais

	Nota	2020	2019
	explicativa		
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.058.437	1.239.969
Contas a receber	6	587.078	479.785
Outros créditos		16.746	9.556
Despesas antecipadas		-	5.862
Total do ativo circulante		1.662.261	1.735.172
Ativo não circulante			
Investimentos	7	15.920	10.317
Imobilizado	8	1.445.657	1.357.773
Total do ativo não circulante		1.461.577	1.368.090
Total do ativo		3.123.838	3.103.262

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JABOTICABAL - APAE

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

Em reais

	Nota	2020	2019
	explicativa		
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Fornecedores		5.351	15.004
Salários e obrigações sociais		451	3.586
Obrigações tributárias		5.321	4.625
Provisão para férias e encargos		313.714	386.544
Outras obrigações		184.378	14.901
Total do passivo circulante		509.215	424.660
Passivo não circulante			
Provisão para contingências	9	14.000	-
Receita diferida – doação governamental	10	332.713	234.615
Total do passivo não circulante		346.713	234.615
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	11	2.443.987	2.728.947
Resultado do exercício		(176.077)	(284.960)
Total do patrimônio líquido		2.267.910	2.443.987
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.123.838	3.103.262

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JABOTICABAL - APAE

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

Em reais

	Nota		
	explicativa	2020	2019
Receita operacional bruta			
Subvenções e doações públicas e privadas	12	2.555.657	2.273.849
Serviços prestados – atendimento SUS	12	1.695.754	1.776.353
Outras subvenções a receber		410.200	555.326
		4.661.611	4.605.528
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	13	(4.960.445)	(5.079.826)
Outras receitas operacionais	14	111.980	118.226
		(4.848.465)	(4.961.600)
Déficit antes do resultado financeiro		(186.854)	(356.073)
Receitas financeiras		26.638	82.057
Despesas financeiras		(15.861)	(10.945)
	15	10.777	71.112
Resultado do exercício	16	(176.077)	(284.960)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JABOTICABAL - APAE

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

Em reais

	2020	2019
Resultado do exercício	(176.077)	(284.960)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(176.077)	(284.960)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JABOTICABAL - APAE

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

Em reais

	Patrimônio social	Déficit do exercício	Total do patrimônio social
Saldos em 1º de janeiro de 2019	2.682.586	46.361	2.728.947
Transferência do resultado para o patrimônio social	46.361	(46.361)	-
Déficit do exercício	-	(284.960)	(284.960)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.728.947	(284.960)	2.443.987
Transferência do resultado para o patrimônio social	(284.960)	284.960	-
Déficit do exercício	-	(176.077)	(176.077)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.443.987	(176.077)	2.267.910

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JABOTICABAL – APAE

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

Em reais

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
(Déficit) superávit do exercício	(176.077)	(284.960)
Ajustes para conciliar o déficit do exercício às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Perdas com crédito liquidação duvidosa	-	75.540
Depreciações	51.134	38.788
Provisão para contingência	14.000	-
Resultado do exercício ajustado	(110.943)	(170.632)
Variações nos ativos e nos passivos:		
Contas a receber	(107.293)	(139.962)
Outros ativos	(1.328)	(3.980)
Fornecedores	(9.653)	3.699
Salários e obrigações sociais	(3.135)	2.458
Férias e encargos	(72.830)	26.981
Receita diferida e outras obrigações	268.271	51.933
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades operacionais	(36.911)	(58.871)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Aumento em investimentos	(5.603)	(2.810)
Aumento em imobilizado	(139.018)	(100.124)
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de investimentos	(144.621)	(102.934)
Redução do caixa e dos equivalentes de caixa	(181.532)	(332.437)
Varição do caixa e dos equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.058.437	1.239.969
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.239.969	1.572.406
Redução do caixa e dos equivalentes de caixa	(181.532)	(332.437)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JABOTICABAL - APAE

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

Em reais

1. Contexto operacional

A **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaboticabal - APAE**, associação civil de direito privado e natureza socioassistencial sem fins econômicos, com duração indeterminada, completará 50 anos de existência, dedicando-se à missão institucional de promover qualidade de vida das pessoas com deficiência e de suas famílias, possibilitando-lhes o acesso a bens imateriais e serviços de qualidade, por meio de ações de prevenção, de habilitação e reabilitação, de articulação de políticas públicas e de garantia e defesa de direitos.

Regida por Estatuto Social próprio que evidencia suas características, regras relativas ao funcionamento, aos direitos e aos deveres dos associados, atribuições dos cargos deliberativos, executivos e fiscais, objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social e escrituração de acordo com os Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade, a APAE de Jaboticabal teve um ano de 2020 ainda mais desafiador.

No mês de fevereiro, a Portaria nº 188 do Ministério da Saúde declarou estado de emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus, que foi elevada ao estado de pandemia pela Organização Mundial de Saúde, sendo que, em meados de março, foi publicada uma série de atos administrativos de competência dos Poderes Executivos Federal, Estadual e Municipal adotando-se medidas de caráter temporário e emergencial para a prevenção ao contágio pela Covid-19.

A APAE de Jaboticabal acompanhou atentamente estes atos administrativos publicados no decorrer do exercício de 2020 e readequou os serviços prestados seguindo normativas trabalhistas, preventivas, higienizantes e restritivas com a substituição dos atendimentos presenciais por formas remotas, conforme as recomendações dos protocolos do Ministério da Saúde, das Secretarias de Educação e de Desenvolvimento Social Estadual e do próprio município.

Assim, a Entidade elaborou o Plano de Contingência Contra o Coronavírus e adotou medidas de contenção de danos, salvaguardando a saúde das pessoas com deficiência atendidas, de suas famílias e dos profissionais envolvidos na prestação de serviços, garantindo o acesso do público aos atendimentos especializados, às informações e às orientações pertinentes, inclusive em relação às novas demandas trazidas pela pandemia e aos encaminhamentos devidos, privando da atenção integral a pessoa com deficiência e do trabalho em rede.

Dando continuidade ao aprimoramento de sua gestão administrativa, esta organização criou estratégias de desenvolvimento social, tecnológico e econômico que garantissem a execução

dos objetos pactuados de interesse mútuo e recíproco em relação à gestão pública, inclusive gerando os recursos cabíveis à complementação das demandas multidimensionais que envolvem o público atendido, materializando os pressupostos das políticas públicas no atendimento aos usuários, possibilitando o alcance de resultados tangíveis como o de número de pessoas atendidas ou de intervenções/procedimentos realizados ou ainda econômicos e intangíveis, como a melhoria da qualidade de vida de pessoas com deficiências.

Atuando na intersectorialidade de políticas sociais básicas, particularmente de saúde, educação e de assistência social, a Entidade prestou serviços de modo planejado, permanente, contínuo e com total gratuidade aos seus beneficiários ao atender a 695 pessoas, cumprindo as metas estabelecidas no plano de ação “Autonomia e Participação Social” e nos contratos de parcerias pactuados com os entes governamentais, inclusive realizando ajustes nos planos de aplicação, com o consentimento dos órgãos gestores públicos.

Na área de Assistência Social, o trabalho continuado visou a habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e promoção de sua inclusão à vida comunitária por meio da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. Na área de Educação, promoveu o acesso de pessoas com deficiência à educação básica, nas modalidades de educação especial e de educação especial para o trabalho. E, na área de Saúde, voltou-se à habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência.

A gama de serviços especializados nas áreas de Educação e de Assistência Social é de âmbito local e regional, estendendo-os aos municípios vizinhos de Guariba e Barrinha. Já na área de Saúde, particularmente, o CER – Centro Especializado em Reabilitação Física e Intelectual – atendeu aos municípios já citados e a Pradópolis, Pontal, Dumont, Pitangueiras, Sertãozinho e Monte Alto.

Quanto aos desafios vivenciados destacaram-se as complexas demandas trazidas pelo público beneficiário direto das ações e por suas famílias, principalmente no que se reporta às questões sociais e de saúde, exigindo o aprimoramento das intervenções, a adequação do espaço físico e a articulação com serviços de políticas afins, além de demandas financeiras que se avantajaram em relação ao controle dos riscos de contaminação e de transmissibilidade da Covid-19. Embora os recursos públicos tenham sido aplicados integralmente na execução de ações intersectoriais para o atendimento das necessidades do contingente populacional vulnerabilizado pessoal ou socialmente pela condição da deficiência, tais recursos foram insuficientes. Baseando-se tanto em valores quanto ao respeito à diversidade humana, à solidariedade e à igualdade de direitos quanto em princípios de impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e transparência, contrária a qualquer forma de discriminação, esta Organização Social manteve seus esforços para melhor atender as dimensões do cotidiano de pessoas com deficiência, na perspectiva da autonomia, da emancipação e da garantia de direitos destes cidadãos.

A Entidade executou ações relacionadas à prevenção, à habilitação e reabilitação, ao trabalho, ao esporte/cultura/lazer, aos estudos e pesquisas e à defesa e garantia de direitos, as quais se destacaram:

Assistência Social

Proteção Social Especial de Média Complexidade - Execução do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiências, Idosos e suas Famílias.

- Modalidade de centro dia: atendimento a 90 pessoas com deficiências acima de 30 anos, diariamente, por um período ou em período integral.
- Escola de família: realização de 02 encontros, atendendo a 23 famílias.
- Grupo de famílias (apoio sociofamiliar): realização de 07 encontros.
- Grupo de irmãos: realização de 01 encontro com a participação de 15 pessoas.
- Inclusão no mercado de trabalho: inserção de 04 pessoas com deficiência.
- Diagnóstico sociofamiliar e econômico: realização de 18 diagnósticos e atualização de 102.
- Entrevista social com famílias: 02 realizadas.
- Visita domiciliar: 116 realizadas.
- Intervenção individual à família: atendimento, em média mensal, de 214 famílias, perfazendo 220 atendimentos presenciais e 995 contatos telefônicos.
- Encaminhamento à rede de serviços socioassistenciais e afins: 14 famílias encaminhadas e 40 articulações com o serviço.
- Encaminhamentos aos órgãos relativos ao sistema de garantia de direitos (SGD): 03 famílias e 38 articulações, além de 07 participações em reuniões com órgãos relacionados ao SGD.
- Encaminhamentos para o recebimento do BPC – Benefício de Prestação Continuada: 05 famílias.
- Assessoria jurídica: 92 realizações.
- Defesa de direitos: 15 participações em reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Assistência Social/CMAS e 10 participações em reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Jaboticabal, tanto presencial quanto online.

Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Execução do Serviço de Acolhimento Institucional - Modalidade de Residência Inclusiva - “Casa de Esther”

- Cumpriu a meta de atender 10 pessoas com deficiências, maiores de 18 anos de idade, com vínculos familiares fragilizados e/ou rompidos, sem diferenciação por questão de gênero e sem condições de autossustentabilidade, de modo ininterrupto.
- Desenvolvimento da autonomia superior a 70% quanto a atividades de autocuidados – 08 usuários –, a comunicação – 08 usuários – e ao uso e controle dos ambientes – 06 usuários.
- Escuta qualificada: 245 registros.
- Inserção de usuário na comunidade: 29 inserções (anterior à pandemia).
- Inclusão de usuário em escola especial: 03 usuários.

- Inclusão de usuário em serviços socioassistenciais: 04 usuários.
- Inclusão de usuário no mercado de trabalho: 01 usuário permaneceu inserido.
- Encaminhamento de usuários para curso semiprofissionalizante: 05 encaminhamentos.
- Encaminhamentos de usuários para serviços de saúde: 471 encaminhamentos.
- Articulações com órgãos do sistema de garantia de direitos: 03 articulações com as várias instâncias de garantia de direitos.
- Articulações com a rede de serviços socioassistenciais do município: 06 articulações.
- Fortalecimento de vínculos entre usuários e famílias extensas: 155 intervenções favorecendo o fortalecimento de vínculos.

Educação

1. Modalidade de educação especial

1.1 - Educação Infantil (4 a 5 anos e 11 meses de idade): atendimento a 06 alunos, com deficiência e necessidade de apoio extensivo/pervasivo e/ou substancial.

1.2 - Nível Ensino Fundamental

- Séries Iniciais (6 a 15 anos): atendimento a 41 alunos com deficiência, com necessidade de apoio extensivo/pervasivo.

- Socioeducacional (acima dos 15 anos): atendimento a 69 alunos com deficiência, com necessidade de apoio extensivo/pervasivo.

1.3 - Atendimento Educacional Especializado – AEE: Educação Infantil

- Atendimento a 32 alunos com deficiência, matriculados na rede comum de ensino, em regime de contraturno escolar.

- Ensino Fundamental: atendimento a 83 alunos com deficiência, matriculados na rede comum de ensino, em regime de contraturno escolar.

- Avaliação pedagógica especializada ou triagens: 29 avaliações realizadas.

- Atendimento pedagógico especializado: estimativa de 4.163 atendimentos realizados.

2. Educação especial para o trabalho

- Atendimento a 28 alunos com deficiência em formação para o trabalho.

Saúde

Número total de pessoas atendidas: 695 clientes.

a) Não permaneceram no Serviço: 114 pacientes, devido a inelegibilidade, falecimentos, encaminhamento para outros serviços da rede para manutenção, desistências e transferências.

b) Elegíveis que permanecem nos serviços: total de 581 pacientes, sendo:

- Atendimento especializado às crianças de 0 a 06 anos de idade com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor: atendimento a 31 pacientes, totalizando 1.262 procedimentos.
- Atendimento neurossensorial: atendimento a 249 pacientes, totalizando 9.294 procedimentos.
- Atendimento em Centro Especializado em Reabilitação Física e Intelectual/CER II: atendimento a 301 clientes SUS, totalizando 8.090 procedimentos, além de 57 inelegíveis, 34 desligados e 02 em processo de triagem.

c) Altas dos atendimentos especializados: 00 pacientes.

Para a execução dos serviços acima citados, a APAE de Jaboticabal se responsabilizou pelo gerenciamento administrativo e financeiro do recurso recebido, realizando:

- Manutenção e incremento das provisões necessárias ao funcionamento dos serviços, como de infraestrutura, dos recursos materiais de custeio e permanentes e de capital humano;
- Pagamento de encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução destes serviços e pelos demais ônus incidentes;
- Ajustes em planos de trabalho, relacionados à aplicação do recurso financeiro, em decorrência das medidas de contenção de danos adotadas;
- Prestações de contas tempestivamente, de forma física e virtual, além de sua guarda;
- Encaminhamento de relatórios de acompanhamento dos serviços executados;
- Divulgação das ações em sítio eletrônico;
- Capacitação profissional;
- Realização de campanhas e eventos para a captação de recursos próprios;
- Articulação com gestores públicos mediante qualquer espécie de intercorrências no período.

Com a finalidade de garantir a participação na vida institucional do público-alvo das ações desenvolvidas pelos diferentes serviços e de suas famílias, a APAE de Jaboticabal aplicou uma pesquisa sobre a qualidade dos serviços e a satisfação dos usuários, na qual constatou a inexistência de avaliações que desabonassem os atendimentos especializados prestados, materializando o objetivo maior de gerar impactos positivos na vida de pessoas com deficiência.

1.1. Covid-19

Com a declaração do estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus dada pela Portaria nº 188/2020 do Ministério da Saúde, sendo essa elevada ao estado de pandemia pela Organização Mundial de Saúde, foi tomada uma série de atos administrativos de competência dos Poderes Executivos Federal, Estadual e Municipal gerando mudanças organizacionais de caráter temporário e emergencial de prevenção ao contágio pela Covid-19 a fim de lidar com a nova realidade.

Considerando os impactos da pandemia no âmbito da saúde e a sua repercussão na ordem econômica e social em todos os setores da sociedade, a APAE de Jaboticabal sentiu seus efeitos tanto em sua dinâmica de funcionamento para a operacionalização dos serviços pactuados destinados à parcela vulnerável da população pela questão da deficiência e das comorbidades associadas a ela, quanto com relação aos recursos humanos e materiais necessários ao combate da Covid-19.

Assim, a área de Gestão da APAE de Jaboticabal, preocupada com o impacto dos efeitos da pandemia e com as incertezas sobre a continuidade operacional da Organização, ao divulgar as demonstrações financeiras efetuadas no exercício fiscal de 2020, associadas aos procedimentos tomados no sentido de minimizar danos e de se evitar a transmissibilidade do coronavírus, considerou as normativas:

Decreto Nº 64.862 de 13 de março de 2020, em conformidade a:

- Recomendação da suspensão de aulas no âmbito da Secretaria Estadual de Educação, gradualmente de 16 a 23 de março de 2020, como medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Covid-19.

Decreto Municipal Nº 7.130 de 16/03/2020, em conformidade a:

- Fixação de cartazes e mensagens sobre os cuidados de prevenção ao contágio pelo coronavírus;
- Suspensão das aulas da Educação Básica, sistema em que a Escola de Educação Especial da APAE de Jaboticabal está inserida;
- Suspensão do agendamento de visitas à unidade de acolhimento institucional, semelhante ao recomendado para as instituições de acolhimento de idosos;
- Reuniões preferencialmente virtuais;
- Suspensão do trabalho dos colaboradores com 60 (sessenta) anos ou mais que apresentavam comorbidades para evitar o contato social.

Resolução da Coordenadoria de Gestão Orçamentária e Financeira do Estado de São Paulo SS Nº 28 de 17 de março de 2020.

- Adoção das orientações de funcionamento dos serviços de saúde, conforme preconizado pelo Estado de São Paulo para o enfrentamento da pandemia da Covid-19, com relação à desinfecção de ambientes e procedimentos de higiene.

Resolução SEDUC de 18 de março de 2020 que homologa a **Deliberação CEE nº 177**, em conformidade:

- Propõe que as instituições vinculadas ao Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, públicas ou privadas da Educação Básica, no caso da Escola de Educação Especial da APAE, reorganizem o calendário escolar nesta situação emergencial propondo formas de realização de atividades escolares não presenciais.
- Propõe a utilização de recursos oferecidos pelas tecnologias de informação e comunicação para alunos do Ensino Fundamental, com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação, promovendo a aprendizagem de forma remota.

Decreto Estadual Nº 64.881 de 22 de março de 2020, em conformidade:

- Decretada medida de quarentena com restrição de atividades e de circulação de pessoas no âmbito do Estado, com limite às necessidades imediatas de alimentação, cuidados de saúde e exercício de atividades essenciais.

Decreto Municipal Nº 7.166 – Altera a Redação do Decreto Nº 7.132, de 21 de março de 2020, em conformidade:

- Medidas de prevenção à Covid-19:

. Passo a passo para a higiene das mãos.

. Etiqueta ao espirrar ou tossir, cobrindo boca e nariz com a parte interna do antebraço e uso de lenço descartável para limpar secreções.

. Manter a casa e o ambiente de trabalho ventilados.

. Evitar lugares com aglomeração de pessoas.

. Realizar saudações sem contato físico.

Portaria do Ministério da Cidadania nº 369 de 29 de abril de 2020, em conformidade:

- Dispõe sobre o repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), também no âmbito municipal, devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência de infecção humana pelo novo coronavírus, Covid-19; principalmente no que se refere à aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), para os profissionais das unidades públicas de atendimento do SUAS, e de alimentos, para as unidades de acolhimento institucional para pessoa com deficiência.

Decreto Estadual Nº 64.959 de 04 de maio de 2020 e **Boletim Epidemiológico do Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública - COVID 19 nº 7**, em conformidade:

- Obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção facial por pacientes, famílias, colaboradores e fornecedores, como medida adicional ao distanciamento social e como condição de ingresso e permanência em espaços de acesso ao público e no interior dos estabelecimentos que executam atividades essenciais.

Portaria do Ministério da Cidadania Nº 378 de 07 de maio de 2020, em conformidade:

- Repasse de recurso extraordinário do financiamento federal do SUAS para incremento temporário na execução de ações socioassistenciais nos estados, Distrito Federal e municípios devido à situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Coronavírus, COVID-19, aumentando a capacidade de resposta da rede às famílias e aos indivíduos em situação de risco e de vulnerabilidade social.

Medida Provisória da Presidência da República Nº 927 de 22 de março de 2020, em conformidade:

- Dispõe sobre as medidas trabalhistas para o enfrentamento do estado de calamidade pública e da Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do coronavírus, visando a preservação do emprego e da renda, de preponderância sobre

outras normativas dentro de limites constitucionais, especificamente no que tange ao teletrabalho, à antecipação de férias individuais e à postergação de 1/3 de pagamento, ao aproveitamento e à antecipação de feriados, suspensão da exigibilidade do recolhimento do FGTS, banco de horas, entre outras.

Cartilha sobre “O Uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, no Atendimento Ambulatorial”, da FEAPAE/SP, segundo Nota Técnica GVIMS/GGTES/ANVISA Nº 04/2020 (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), em conformidade:

Para área institucional comum:

- Orientação a todos os profissionais da APAE no sentido de apoiar as medidas sanitizantes de prevenção à contaminação pela Covid-19 adotadas na Organização, principalmente com relação ao uso apropriado de EPI – Equipamento de Proteção Individual.
- Colocação de dispensadores com preparações alcoólicas a 70% para a higiene das mãos nas salas de espera e estimular a higiene das mãos após contato com secreções respiratórias.
- Prover condições para a higiene simples das mãos: lavatório/pia com dispensador de sabonete líquido, suporte para papel toalha, papel toalha, lixeira com tampa e abertura sem contato manual.
- Orientação aos pacientes, às famílias, aos fornecedores, aos colaboradores e ao público em geral quanto à higiene respiratória/etiqueta da tosse, cobrindo o nariz e a boca com cotovelo flexionado ou lenço de papel; ao uso do lenço de papel descartável para a higiene nasal e descarte imediatamente após o uso, seguido da higiene das mãos; não tocar mucosas de olhos, nariz e boca e realizar a higiene das mãos com água e sabonete ou preparação alcoólica.
- Intensificação da limpeza e desinfecção de objetos e superfícies, principalmente as mais tocadas, como maçanetas, interruptores de luz, corrimões, torneiras e botões acionadores.
- Manter os ambientes ventilados (ar condicionado com exaustão que garanta as trocas de ar ou manter as janelas abertas).
- Manutenção da distância de no mínimo 1,5m de outras pessoas e não provocar aglomeração em áreas coletivas, locais de descanso, refeição, locais de registro de frequência, etc.
- Intensificação da limpeza dos ambientes e imediatamente após a ocorrência de sujidades no ambiente e nos equipamentos, mesmo após ter sido realizada a limpeza concorrente e a desinfecção das superfícies com álcool a 70% ou cloro, que inativam o vírus.

Para área de saúde e profissionais:

- Orientação aos profissionais de saúde quanto a evitar tocar superfícies próximas ao paciente (por exemplo, mobiliário e equipamentos) e aquelas fora do ambiente próximo ao paciente, com luvas ou outros EPI contaminados ou com as mãos contaminadas.
- Eliminação ou restrição ao uso de itens compartilhados por pacientes como canetas, pranchas e telefones.

- Realização de limpeza e desinfecção de equipamentos e produtos para saúde que tenham sido utilizados na assistência aos pacientes suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus.
- Orientação aos profissionais de saúde e de apoio para utilizarem Equipamentos de Proteção Individual (EPI) caso entrem na área de isolamento, prestem assistência ou realizem atividades a menos de 1 metro dos pacientes suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus.
- Suspensão de atividades grupais ou atendimentos em grupo, durante o período de medidas restritivas.
- Orientação sobre uso, remoção e descarte adequado dos EPIs, bem como na prática correta de higiene das mãos nos momentos indicados.
- Utilização obrigatória de máscara pelos profissionais do serviço, como medida de prevenção para limitar a propagação de doenças respiratórias, incluindo o SARS-CoV-2, que possua no mínimo 2 camadas sendo resistentes à penetração de fluidos transportados (gotículas) pelo ar. Ressalvando o cuidado ao manuseá-la com segurança para cobrir a boca e o nariz fazendo os ajustes para minimizar os espaços entre a face e ela. Evitar de tocar na parte externa dela e higienizar as mãos imediatamente, caso isso ocorra. Removê-la com técnica apropriada pelas tiras laterais e fazer a higiene das mãos. Substituindo a máscara suja e úmida por uma nova máscara limpa e seca, e não reutilizar máscaras descartáveis. A Máscara N95/PPF2 deverá ser utilizada por profissionais de saúde e de apoio quando há realização de procedimentos geradores de aerossóis.
- Utilização de luvas de procedimentos não cirúrgicos para qualquer contato com o paciente ou seu entorno (precaução de contato), sem tocar em outros materiais/superfícies de uso comum, ou luvas estéreis quando o procedimento exigir técnica asséptica, devendo colocá-las dentro da sala de atendimento ao paciente e removê-las com técnica correta, descartando-as como resíduo infectante, higienizando as mãos imediatamente após a retirada, sem jamais reutilizá-las.
- Utilização de óculos de proteção ou protetores faciais (que cubram a frente e os lados do rosto), exclusivos de cada profissional, evitando a exposição do profissional a respingos, secreções corporais e excreções, com limpeza e desinfecção com álcool líquido a 70% ou hipoclorito de sódio, imediatamente após o uso. Caso o protetor facial tenha sujidade visível, deve ser lavado com água e sabão/detergente e só depois dessa limpeza passar pelo processo de desinfecção pelo profissional com luvas.
- Utilização de avental impermeável de malha e abertura posterior para assistência ao paciente, removendo-o com cuidado e descartando-o como resíduo infectante após a realização do procedimento, higienizando as mãos.
- Utilização de gorro descartável em procedimentos que possam gerar aerossóis, sendo seu descarte realizado como resíduo infectante.
- Utilização de técnica de higiene simples das mãos com sabonete líquido e água, desde a retirada de acessórios (anel), abrir a torneira, ensaboar, entrelaçar e esfregar dedos, enxaguar, secar as mãos com papel toalha e utilizar o papel para fechar a torneira.

- Orientações específicas ao atendimento domiciliar do paciente quanto a não tocar em objetos da casa, usar avental, levar a própria garrafa de água, manter distanciamento e passar orientações à família sobre questões de higienização.

Dentre as medidas adotadas, destacam-se:

Elaboração do plano de contingências contra o coronavírus contendo medidas de contenção de danos referente aos serviços:

Escola de Educação Especial

- Orientação às famílias dos alunos da Escola Especial, do Núcleo de Atendimento Educacional Especializado e da Educação Especial para o Trabalho, com relação às medidas sanitárias de higiene pessoal e do ambiente, e quanto ao isolamento social.
- Concessão de recesso escolar, pelo prazo de 15 dias, a fim de prevenir e controlar a infecção pelo novo coronavírus de 23 de março a 06 de abril de 2020.
- Antecipação de férias individuais aos professores de 07 a 21 de abril de 2020.
- Retomada das atividades escolares na modalidade de Ensino à Distância a partir de 22 de abril de 2020.
- Disponibilização de máscara facial, de uso obrigatório, aos profissionais da educação.
- Reorganização do calendário escolar no 1º quadrimestre, segundo normativas da Secretaria de Educação do Estado, homologado pela Divisão de Ensino – Regional de Jaboticabal.
- Elaboração do plano de retorno às aulas presenciais (conforme recomendação do Plano São Paulo).

Serviços de proteção social especial

- Orientação às famílias e aos usuários do serviço na modalidade de centro-dia, quanto a medidas de contenção de danos provocados pela pandemia do novo coronavírus.
- Recomendação aos alunos e usuários a permanecerem em suas residências, pelo período de até 14 dias, se houver sintoma de gripe e a procurarem o Posto de Saúde ou a UBS caso haja a exacerbação dos sintomas, sendo o principal deles a falta de ar.
- Concessão de recesso, pelo prazo de 15 dias, e suspensão temporária, enquanto perdurar a medida de quarentena, das intervenções em grupo realizada nos CRAS do município.
- Suspensão das visitas das residentes às famílias extensas e vice-versa, do serviço de acolhimento institucional e de atividades na comunidade pelo período de risco de contágio coletivo, incrementando as orientações e os autocuidados.
- Incrementação dos cuidados dispensados aos usuários e profissionais do acolhimento institucional, mediante a adoção de medidas sanitárias de prevenção à transmissibilidade perante a necessidade de isolamento social e promovendo a integração necessária entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde, mediante repasse do recurso emergencial de junho a dezembro de 2020.
- Antecipação de férias individuais aos profissionais atuantes nos serviços de assistência social, de 23 de março a 22 de abril de 2020, permanecendo no trabalho de modo escalonado em

turnos quinzenais, apenas a equipe de referência (assistente social, psicóloga e coordenadora) do serviço socioassistencial para prestar o apoio e as orientações às famílias

Serviços de saúde

- Manutenção dos atendimentos eletivos ambulatoriais de saúde aos pacientes do CER II: reabilitação física e intelectual.

- Suspensão dos atendimentos aos pacientes com comprometimentos crônicos de saúde (por exemplo: doenças respiratórias, problemas cardíacos, fumantes, diabéticos) e aos pacientes idosos, acima de 60 anos.

- Suspensão dos atendimentos de saúde aos alunos da Escola de Educação Especial e aos usuários do serviço socioassistencial de centro-dia, durante o recesso.

- Antecipação de férias individuais aos profissionais da saúde, de 24 de março a 23 de abril de 2020, exceto para médica neurologista e enfermagem e retomada ao trabalho de modo escalonado a um grupo profissional de 27 de abril a 01 de maio e, ao outro grupo, de 04 a 08 de maio de 2020, registrando como banco de horas. E após esse período, houve o retorno presencial dos atendimentos ambulatoriais a todos os pacientes, embora de modo escalonado, com redução do número de pacientes/dia e agendamento prévio, denominado horário pandemia até o final do ano.

- Implantação na recepção de um serviço de triagem dos pacientes em atendimento ambulatorial, com a avaliação e orientação das enfermeiras e das técnicas de enfermagem, incluindo visita aos domicílios de pacientes com graves comprometimentos.

- Disponibilização de máscara facial, de uso obrigatório nos estabelecimentos que executam atividades essenciais (saúde), e incremento ao uso de outros EPIs – Equipamentos de Proteção Individual (jaleco, óculos, luvas, touca) e do *face shield*.

Elaboração do plano de contingências contra o coronavírus contendo medidas de contenção de danos referente à gestão administrativa:

a) Da recepção

- Incremento da higienização constante das maçanetas, das bancadas, dos equipamentos e do mobiliário e também do piso das áreas de maior circulação de pessoas (a cada 1 hora).

- Disponibilização de álcool em gel na entrada do recinto e em diversos pontos de circulação de pessoas, assim como nas salas de atendimento.

- Fixação de cartazes com explicações claras sobre a lavagem das mãos com água e sabão.

- Adoção de marcações nas cadeiras, incentivando o distanciamento de 1,5m entre as pessoas.

- Ventilação natural do ambiente, preferencialmente.

- Implantação da triagem da enfermagem: checagem da temperatura na entrada da Instituição e de suas unidades, isolamento do paciente que apresentar qualquer sintoma de gripe e orientação quanto às medidas preventivas e ao encaminhamento aos respectivos serviços públicos, como do CAC – Centro de Atendimento ao Coronavírus –, existentes em Jaboticabal; além de fazer o monitoramento de situações, impedindo que pessoas sintomáticas adentrem no recinto.

- Restrição a um acompanhante para cada paciente, que deverá aguardar o atendimento preferencialmente no ambiente externo.
- Adaptação de barreira acrílica de proteção no balcão da recepção.
- Instalação de tapete sanitizante para a desinfecção de calçados.

b) Da sala de prontuário

- Recomendação quanto a alternar horários de preenchimento dos prontuários, evitando aglomerações;
- Ventilação natural do ambiente, preferencialmente.
- Higienização frequente das mãos.

c) Salas de atendimento ambulatorial/salas de aula/salas socioassistenciais/salas administrativas

- Disponibilização de álcool em gel 70% em todas as mesas para a higienização das mãos;
- Manutenção de janelas abertas para a maior circulação do ar.
- Colocação de cartazes explicativos sobre medidas preventivas ao contágio pelo coronavírus.
- Intensificação da higienização dos ambientes, principalmente dos banheiros, pisos dos locais de grande circulação de pessoas e de superfícies de contato.

d) Do refeitório

- Extensão do período de refeição para colaboradores se dividirem e evitar aglomeração.
- Espaçamento maior entre as mesas de refeição e redução do número de cadeiras/mesas e orientação para colaboradores sentarem com maior distância uns dos outros e higienização constante das mesas e cadeiras.
- Portas e janelas mantidas abertas facilitando a ventilação interna e a renovação do ar.
- Disponibilização de álcool em gel 70% na entrada do refeitório para a higienização das mãos, além do lavatório;
- Fixação de cartazes com explicações claras sobre lavagem das mãos com água e sabão.
- Demarcação de 1,5m no piso, referente ao distanciamento entre as pessoas que aguardam serem servidas.
- Suspensão do sistema de *self service* e indicação de cozinheiro para servir o buffet; além de embalar talheres.
- Ocupação das mesas de refeição, preferencialmente entre equipes que trabalham num mesmo setor.

e) Do uso dos veículos

- Disponibilização de álcool em gel para todos os veículos.
- Intensificação do agendamento do veículo adaptado da APAE para o transporte de pacientes do domicílio ao serviço e vice-versa.

f) Da comunidade

- Postagens nas redes sociais sobre os riscos de contaminação pela Covid-19, de estímulo ao uso de máscara facial, da lavagem das mãos com água e sabão ou do uso de álcool em gel e sobre a importância do isolamento social.
- Distribuição de cestas básicas às famílias atendidas pela APAE e doação de excedente dos gêneros alimentícios a serviço de acolhimento institucional local, oriundos do auxílio emergencial destinado pelo Governo Federal ao município, decorrente do estado de calamidade pública.
- Disponibilização de telefones fixos dos serviços prestados pela APAE para esclarecimentos e orientações sobre os atendimentos e também relacionados à Covid-19, além da utilização do aplicativo de mensagens instantâneas *WhatsApp* para a comunicação com as famílias de alunos, usuários e pacientes.
- Oficialização dos órgãos públicos parceiros com relação ao plano de contingência da APAE de Jaboticabal e as medidas adotadas.

g) Da equipe APAE

- Concessão de recesso aos profissionais de educação e de assistência social, pelo prazo de 15 dias, logo após o decreto de estado de calamidade pública.
- Manutenção dos atendimentos de saúde, uma vez que não há orientação específica do Ministério da Saúde sobre suspensão de atividades, cancelando atendimentos de pacientes em grupo.
- Disponibilização de máscara facial, de uso obrigatório, entre outros EPIs, conforme exigência da atividade profissional, incentivando a paramentação para a segurança dos profissionais.
- Indicação dos serviços de enfermagem e de técnico de enfermagem para a aferição da temperatura dos colaboradores, 02 vezes ao dia.
- Acolhimento de queixas sobre o estado de saúde dos colaboradores pelo serviço de técnico de enfermagem, com aplicação de questionário controle e orientação quanto aos procedimentos cabíveis para cada caso, retornando a informação ao responsável pelo RH.
- Concessão de recesso ao colaborador considerado grupo de risco à contaminação pelo coronavírus, por apresentar comorbidades, contando com acompanhamento diário dos casos de profissionais afastados pelo serviço de enfermagem, não havendo prejuízo ao profissional quanto a salários ou faltas.
- Afastamento das atividades na Instituição, dos profissionais com sintomas de gripe ou testado positivo para a Covid-19, mediante atestado médico.

A APAE de Jaboticabal acompanhou atentamente a estes atos administrativos publicados no decorrer do exercício de 2020, readequando os serviços prestados às pessoas com deficiência e às suas famílias, mediante a adoção de medidas preventivas e restritivas para se evitar aglomerações, conforme recomendações dos protocolos do Ministério da Saúde e outras de cunho Estadual e Municipal, além de medidas trabalhistas.

Assim, sob a anuência dos parceiros públicos, foram realizados ajustes aos serviços padronizados e destinados às pessoas com deficiências e às suas famílias, mantendo-se a

prestação de serviços especializados, substituindo a forma presencial pela remota, exceto em se tratando de atividade essencial do atendimento em saúde, investindo nas medidas sanitárias de prevenção e de cuidar dos mais vulneráveis, reforçando a necessidade de higiene pessoal e de ambientes, vitais para evitar a transmissão e o contágio do coronavírus, dando continuidade à execução dos objetos pactuados, com segurança e com o menor prejuízo possível aos beneficiários destes serviços.

Também no âmbito trabalhista, a Instituição propiciou a contratação de várias categorias profissionais em caráter de preenchimento das vagas existentes, efetuou demissões por motivos alheios ao do estado de calamidade e urgência em saúde e não efetivou contratações de novos colaboradores na condição de estágio (CIEE), como medidas de adaptação à realidade trazida pela pandemia.

Em virtude do reconhecimento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia, a APAE de Jaboicabal tomou ciência de medidas tributárias e não tributárias lançadas pelo governo federal no sentido de preservação de emprego e renda, adotando apenas e tão somente os preceitos da Medida Provisória Nº 927/2020, referentes a teletrabalho, antecipação de férias individuais e banco de horas.

Por fim, o exercício de 2020 foi encerrado com uma nova organização da prestação de serviços especializados nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social e com uma nova rotina de procedimentos no combate à contaminação e transmissibilidade do coronavírus que perdurará pelo tempo necessário, podendo ocorrer outras adaptações, conforme as mudanças no cenário epidemiológico e as normativas de enfrentamento à Covid, cabendo à Direção Administrativa e à Direção Técnica das áreas de atuação o monitoramento das ações e da aplicação dos recursos públicos, a avaliação e mensuração de eventuais efeitos econômico-financeiros que possam impactar ou comprometer a continuidade dos serviços, como forma de preservar e adequar seus atos seguindo os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, eficiência e da transparência no cumprimento de sua missão.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para Pequenas e Médias Empresas – CPC para PMEs –, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Consideram ainda as peculiaridades ligadas às entidades sem fins lucrativos em consonância à ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução 1409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo, na nota explicativa 4. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Entidade, cuja autorização para sua conclusão foi dada por esta em 16 de

abril de 2021. Depois de concluídas, as demonstrações financeiras serão submetidas à apreciação e à aprovação do Conselho Diretor.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Entidade de dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Entidade está adimplente em relação às cláusulas de dívidas na data da emissão dessas demonstrações financeiras.

As operações da Entidade são continuadas. Portanto, não há operação descontinuada para ter a segregação na demonstração do resultado do exercício.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico, como base de valor, que geralmente é firmado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.

As demonstrações financeiras estão expressas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, e consideram o custo histórico como base de valor, salvo quando indicado de forma diferente.

Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há alterações ou interpretações em vigor para o exercício, iniciado em 1º de janeiro de 2020, que tenham impacto relevante nas demonstrações financeiras da Entidade.

2.2. Ativos e passivos financeiros

2.2.1. Classificação

A Entidade classifica seus instrumentos financeiros com base no propósito, na finalidade e nas características pelos quais foram adquiridos mensurando inicialmente pelo valor justo. Subsequentemente os ativos financeiros são classificados entre o custo amortizado, o valor justo por meio de outros resultados abrangentes e o valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

2.2.2. Reconhecimento e mensuração

O reconhecimento de um ativo financeiro ocorre na data em que a Entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, com exceção das contas a receber que são reconhecidas pelo preço de transação, somados os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou

à emissão do ativo ou do passivo financeiro. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido realizados ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Entidade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos, quando aplicável, e os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras receitas (despesas) líquidas" no período em que ocorrem. Os valores justos dos ativos e dos passivos com cotação pública são baseados nos preços de negociação na data de fechamento, se um ativo financeiro não possuir mercado ativo, a Entidade estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Entidade.

2.2.3. Impairment de ativos financeiros

A Entidade avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está registrado por um valor superior ao seu valor recuperável. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado, e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Entidade usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras ou (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira e condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido, e o valor do prejuízo é reconhecido na

demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir, e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será identificada na demonstração do resultado.

2.2.4. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Entidade incluem contas a pagar a fornecedores e outras obrigações a pagar. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e os financiamentos, quando aplicáveis, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Os ganhos e as perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

(i) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2020, não havia operações em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

3. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, opiniões formais de especialistas, quando aplicável, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- a) Análise do risco de crédito para a determinação da perda para créditos de liquidação duvidosa: as premissas utilizadas estão descritas na nota explicativa 4c.
- b) Análise dos demais riscos para a determinação de provisões, inclusive contingências. As provisões são constituídas para todas as contingências para as quais seja provável uma saída de recursos para a sua liquidação. A avaliação da probabilidade de perdas inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e a sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos e de especialistas, quando aplicável, de acordo com a nota explicativa 4j.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas em período não superior a um ano.

4. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Entidade nessas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma:

a) Apuração do resultado

As receitas e as despesas são apropriadas obedecendo ao regime de competência. A receita com serviços prestados representa o valor justo recebido ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização.

b) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por numerários em caixa, saldos em banco conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas de transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício respeitando a competência. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

c) Contas a receber

São demonstradas pelos valores relativos aos convênios firmados com órgãos governamentais, municipais, estaduais e federais, bem como entidades particulares, referentes aos serviços prestados até a data do balanço. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida por estimativa com base em análise dos créditos em aberto, quando aplicável.

d) Investimentos

São representados por participação em outra sociedade avaliada pelo custo de aquisição.

e) Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição e parcialmente deduzido pelo valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada.

f) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, caso seja aplicável.

g) Receita diferida – doação governamental

É demonstrada pelo valor justo e transferida para o resultado em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo imobilizado.

h) Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e se seu custo ou valor puder ser mensurado

com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

i) Ajuste a valor presente de ativos e de passivos

Quando aplicável, os ativos e os passivos circulantes e não circulantes são ajustados pelo valor presente, levando-se em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita dos respectivos ativos e passivos, e se relevantes, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado.

j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma: os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Entidade possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Já os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando em conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Entidade, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas, e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas em período não superior a um ano.

k) Circulante e não circulante

Os ativos e os passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

l) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2020	2019
Caixa e bancos conta movimento	90.265	118.091
Aplicações financeiras	968.172	1.121.878
Total	1.058.437	1.239.969

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins, sendo que a Entidade considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações em fundos de investimentos são remuneradas de acordo com a variação de suas respectivas cotas, e a operação compromissada é remunerada à taxa média da variação do CDI, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Entidade.

6. Contas a receber

Descrição	2020	2019
Verba municipal	352.251	30.670
Verba federal	225.567	510.396
Verba estadual	9.260	14.259
(-) Perdas esperadas créditos liq. duvidosa	-	(75.540)
Total	587.078	479.785

São representadas por saldos a receber referentes a subvenções a receber.

7. Investimentos

a) Composição

Descrição	2020	2019
Cooperativa de crédito	15.920	10.317

b) Movimentação do saldo

Descrição	2019	Adições	2020
Cooperativa de crédito	10.317	5.603	15.920

8. Imobilizado

a) Composição

Descrição	2020	2019
Terrenos	12.500	12.500
Edificações	630.004	630.004
Máquinas e equipamentos	267.903	198.105
Móveis e utensílios	573.750	486.096
Veículos	89.701	177.672
Equipamentos de informática	176.581	125.216
Outros	24.672	6.500
	1.775.111	1.636.093
(-) Depreciação acumulada	(329.454)	(278.320)
Total	1.445.657	1.357.773

Não há um cadastro físico e financeiro atualizado dos bens do ativo imobilizado, bem como as depreciações destes bens não são calculadas e registradas na contabilidade dos bens não controlados. Este controle começou a ser feito pela Entidade a partir das adições do exercício de 2012.

b) Movimentação do imobilizado

Descrição	2020	2019
Saldo inicial	1.357.773	1.296.437
(+) Aquisições	139.018	100.124
(-) Depreciações	(51.134)	(38.788)
Total	1.445.657	1.357.773

9. Provisão para demandas judiciais

Descrição	2020
Provisão para demandas judiciais	14.000

A Entidade, no desenvolvimento normal de suas operações, está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis.

Juntamente com a assessoria jurídica, a Administração da Entidade identificou eventos passados que se caracterizassem por uma contingência ou riscos relevantes dos quais seja provável ou possível que um recurso econômico seja requerido para provisioná-los ou liquidá-los. Dessa forma, a Administração optou em constituir provisão para demandas judiciais para fazer face a eventuais perdas futuras para as ações trabalhistas com expectativa de perda provável estimada pelos assessores jurídicos.

10. Receita diferida – doação governamental

Descrição	2020	2019
Máquinas e equipamentos	92.284	92.284
Móveis e utensílios	227.733	135.981
Veículos	87.971	87.971
Equipamentos de informática	108.991	61.426
Imóveis	51.629	51.629
(-) Apropriação acumulada	(235.895)	(194.676)
Total	332.713	234.615

A Entidade registrou a doação governamental, com base na resolução nº 1.305 de 25 de novembro de 2010, pelo valor justo e será apropriada como receita em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo imobilizado vinculado.

11. Patrimônio social

O patrimônio social da Entidade é representado por esse patrimônio acrescido dos superávits ou deduzido dos déficits do exercício.

12. Subvenções e doações

Descrição	2020	2019
Federal		
Saúde (atendimento SUS)	1.695.754	1.776.353
Assistência social	122.328	85.540
	1.818.082	1.861.893
Estadual		
Educação	491.103	414.489
Assistência social	176.852	156.852
	667.955	571.342
Municipal		
Educação	638.130	545.524
Saúde	285.250	85.250
Assistência social	224.906	305.977
	1.148.286	936.751
Doações de associados e telemarketing	286.362	303.779
Outras receitas (doações e campanhas)	330.726	376.437
Total	4.251.411	4.050.202
Subvenções e doações públicas e privadas	2.555.657	2.273.849
Serviços prestados – atendimento SUS	1.695.754	1.776.353
Total	4.251.411	4.050.202

13. Despesas Gerais e administrativas

Descrição	2020	2019
Alimentação	(116.069)	(143.093)
Bens de pequeno valor	(5.164)	(4.237)
Combustíveis e lubrificantes	(22.076)	(25.368)
Depreciação	(51.134)	(38.788)
Despesa com pessoal	(4.651.471)	(4.803.604)
Despesas com seguros	(10.072)	(10.854)
Despesas de aluguel	(564)	(17.141)
Despesas de manutenção	(95.526)	(133.408)
Despesas com limpeza	-	(424)
Despesas postais	(311)	(763)

...Continua

...Continuação

Descrição	2020	2019
Diversos	(49.910)	(6.892)
Energia elétrica, água, gás e telefonia	(90.173)	(97.269)
Federação Estadual das APAES	(3.240)	(3.003)
Festa e eventos	(20.141)	(12.912)
Fretes e carretos	(7.634)	(1.821)
INSS - quota patronal	865.637	853.216
Legais e judiciais	(1.035)	(248)
Licenciamento	(617)	(426)
Manutenção	(52.224)	(129.768)
Materiais de consumo e diversos	(385.857)	(167.054)
Materiais de limpeza	(49.803)	(39.656)
Outros	-	(1.456)
Perdas	(35)	(75.540)
Propaganda	(15.701)	(15.561)
Serviços prestados - pessoa jurídica	(116.876)	(105.986)
Serviços prestados voluntariados	(111.980)	(104.440)
Taxas	(897)	(3.731)
Viagens e estadias	(10.296)	(15.690)
Receitas diferidas doação	42.724	26.091
Total	(4.960.445)	(5.079.826)

14. Outras receitas operacionais

Descrição	2020	2019
Serviços prestados voluntariados adm.	111.980	104.440
Programa nota fiscal paulista	-	13.786
Total	111.980	118.226

15. Resultado financeiro líquido

Descrição	2020	2019
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	26.330	81.640
Descontos obtidos	308	417
	<u>26.638</u>	<u>82.057</u>
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias	(15.482)	(10.855)
Despesas financeiras diversas	(379)	(90)
	<u>(15.861)</u>	<u>(10.945)</u>
Total	<u>10.777</u>	<u>71.112</u>

16. Demonstrações do resultado do exercício por atividade

Descrição	2020	2019
Receitas de atividades de assistência social		
Subvenções governamentais	-	41.751
Subvenção da Prefeitura Municipal de Jaboticabal	28.866	108.186
Convênios	537.579	601.957
Doações	437.638	389.651
Outras receitas	59.180	38.253
Receitas financeiras	69	800
	<u>1.063.332</u>	<u>1.180.598</u>
Receitas de atividades de educação		
Subvenções governamentais	219.302	176.000
Convênios	957.706	816.194
Doações	127.709	216.887
Outras receitas	36.400	43.830
Receitas financeiras	610	3.516
	<u>1.341.727</u>	<u>1.256.427</u>

...Continua

...Continuação

Descrição	2020	2019
Receitas de atividades de saúde		
Convênios	2.281.070	2.170.487
Doações	51.741	73.678
Outras receitas	36.400	33.093
Receitas financeiras	12.993	39.618
	2.382.204	2.316.876
Receitas não vinculadas à atividade		
Receitas financeiras	18.570	38.124
Treinamento	-	840
Nota fiscal paulista	-	13.786
Isenções usufruídas	899.580	866.079
Receitas diferidas sobre subvenções	37.121	26.091
	955.271	944.920
Receitas totais	5.742.534	5.698.821
Despesas de atividades de assistência social		
Despesas com pessoal	(361.157)	(331.775)
Despesas gerais e administrativas	(213.116)	(224.621)
Despesas com projetos/atividades	(787.240)	(882.447)
	(1.361.513)	(1.438.843)
Despesas de atividades de educação		
Despesas com pessoal	(66.183)	(87.717)
Despesas gerais e administrativas	(108.699)	(201.811)
Despesas com projetos/atividades	(1.401.275)	(1.197.955)
	(1.576.157)	(1.487.483)

Continua...

...Continuação

Descrição	2020	2019
Despesas de atividades de saúde		
Despesas com pessoal	(40.846)	(50.041)
Despesas gerais e administrativas	(47.692)	(55.953)
Despesas com projetos/atividades	(2.835.726)	(2.844.474)
	(2.924.264)	(2.950.468)
Despesas não vinculadas à atividade		
Despesas gerais e administrativas	(19.315)	(96.042)
Outras despesas	(21.399)	-
Despesas financeiras	(15.963)	(10.945)
	(56.677)	(106.987)
Despesas totais	(5.918.611)	(5.983.781)
Resultado do exercício	(176.077)	(284.960)

17. Demonstrativo das contribuições previdenciárias isentas

17.1. Assalariados (*Cota patronal*)

Mês	Base de			2020	2019
	cálculo	Empregador	Outros	Valor isenção	Valor isenção
Janeiro	275.233	57.799	12.385	70.184	67.107
Fevereiro	262.054	55.031	11.792	66.823	64.674
Março	267.201	56.112	12.024	68.136	66.514
Abril	296.476	62.260	13.341	75.601	65.703
Maiο	257.493	54.073	11.587	65.660	64.504
Junho	251.153	52.742	11.302	64.044	66.276
Julho	253.103	53.152	11.390	64.542	67.396

...Continua

...Continuação

Mês	Base de			2020	2019
	cálculo	Empregador	Outros	Valor isenção	Valor isenção
Agosto	252.750	53.077	11.374	64.451	63.045
Setembro	262.566	55.139	11.815	66.954	65.280
Outubro	267.954	56.270	12.058	68.328	64.689
Novembro	255.686	53.694	11.506	65.200	66.161
Dezembro	255.331	53.620	11.490	65.110	70.164
13º salário	237.657	49.908	10.696	60.604	61.703
Total	3.394.657	712.877	152.760	865.637	853.216

18. Contribuições para seguridade social

A Lei nº 9.732 de 11 de dezembro 1998 alterou os dispositivos da Lei nº 8.212/91, no que se refere aos requisitos para isenção de contribuições para seguridade social.

Essas alterações não acarretaram em incidências destas contribuições sobre as operações da Entidade por atender integralmente aos novos requisitos que lhe permitem a totalidade das isenções.

A Entidade não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado. Ela também aplica integralmente no país os seus recursos e superávits na manutenção dos seus objetivos sociais.

19. Gratuidades

A Entidade atende aos requisitos que caracterizam as entidades de finalidade de assistência social oferecendo gratuitamente todos os seus serviços prestados à comunidade, portanto, cumpre na totalidade nos termos da legislação federal, estadual e municipal e, em especial, aos preceitos do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

Descrição	2020	2019
Assistência social		
Governamental	655.386	752.829
Recursos próprios	706.126	515.583
	1.361.512	1.268.412
Saúde		
Governamental	2.366.470	2.381.776
Recursos próprios	557.795	96.431
	2.924.265	2.478.207
Educação		
Governamental	1.176.446	1.004.767
Recursos próprios	399.711	274.239
	1.576.157	1.279.006
	5.861.934	5.025.625
Não vinculadas		
Recursos próprios	56.560	14.324
	56.560	14.324
Total	(i) 5.918.494	5.039.949

- (i) Os saldos referentes a devoluções de recursos governamentais não foram considerados como gratuidades.

20. Trabalhos voluntários

O trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço recebido pela Entidade de acordo com a Resolução CFC Nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a NBC ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros.

A Associação mensurou os trabalhos voluntários recebidos com base numa estimativa dos valores praticados pelo mercado, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	2020	2019
Remuneração estimada	111.980	104.440

21. Cobertura de seguros

A Administração da Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.
